
Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Parecer do Fiscal Único sobre os instrumentos de gestão previsional de 2021

Introdução

Para cumprimento do disposto no Despacho n.º 395, de 27 de julho de 2020, emitido pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e do disposto na Circular Série A, N.º 1399, de 31 de julho de 2020, emitida pela Direção-Geral do Orçamento, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2021, da SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A. (Sagesecur), cujo documento data de 17 de setembro de 2020 e consiste no Plano anual de atividades e nos Orçamentos anuais de investimentos, tesouraria e financeiro, para o ano de 2021, bem como a respetiva demonstração da posição financeira previsional (que inclui um ativo de 81.792.654 euros, um capital próprio de 38.348.982 euros e um resultado líquido de 1.111.481 euros), a demonstração dos resultados previsional e a demonstração dos fluxos de caixa previsional.

Responsabilidades do Órgão de Gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

Responsabilidades do Fiscal Único

A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho, o qual foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores de Contas. Os procedimentos que efetuámos consistiram fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida e na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Parecer

Com base no trabalho efetuado, sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional do Plano de Atividades e Orçamento para 2021 (mencionado na secção “Introdução”), o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação, e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfase

Sem afetar o parecer acima expresso, chamamos a atenção para o facto de, conforme mencionado no Plano de Atividades e Orçamento para 2021, elaborado pelo Conselho de Administração da Sagesecur, esta, no cumprimento da sua função instrumental para a concretização dos objetivos definidos pelo acionista Estado para a Parpública, virá a diversificar a sua carteira de títulos através da aquisição de unidades de participação em alguns subfundos do Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE), que venham a ser constituídos em 2021 e 2022, geridos pela Fundiestamo – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.. Assim, as estimativas orçamentais que constam do Plano de Atividades e Orçamento para 2021, incorporam um investimento previsto, em subfundos do FNRE a constituir nos respetivos anos de: (i) 2,3 milhões de euros, em 2021, cuja cobertura financeira será assegurada através de meios próprios, sem necessidade de recurso a fontes de financiamento externas; e, (ii) 19,9 milhões de euros, em 2022, cuja concretização estará dependente da obtenção de apoio financeiro junto do acionista Parpública ou através de outra fonte que venha a ser definida em concertação com a Parpública.

18 de setembro de 2020



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes